

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 227.ª Sessão Ordinária
Realizada em 29 de Novembro de 1971 - (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Rosário Pitelli, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Erondy Silvério, Lázaro Dumont, Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antonio Maciel, Nivaldo Krüger e Paulo Camargo (3.)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum, para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 31 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

Esta Presidência registra a presença, neste Plenário, do Dr. Hélio Narezi, Digníssimo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Paraná.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 18.71.

— De autoria do Senhor Deputado Quiêlse Crisóstomo, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 234-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a retirada da Ordem do Dia, por 2 sessões, do Projeto de Lei n.º 234-71, constante da Sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1971.

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer seja consignado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Dr. Lauro Grein Filho e à Delegação Brasileira, que participou do Congresso Mundial da Cruz Vermelha no México, pelo destaque e trabalhos de nossa delegação naquele conclave, debatendo problemas daquele organismo internacional.

A imprensa tem publicado sucessivas manifestações de apreço e aplausos à equipe brasileira que muito se destacou, conforme expediente enviado pelo chefe da Delegação dos Estados Unidos, Sr. Robert Martin; daí entendermos ser justo o aplauso desta Assembléia.

Requeiro outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão da Casa ao Dr. Lauro Grein Filho, Diretor da Cruz Vermelha no Paraná e ao Almirante Edegar Beancclair, Diretor Nacional do organismo que tantos serviços tem prestado ao mundo.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1971.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1. A importância dos conceitos emitidos e os fatos dados estatísticos que ilustram a tese "Desenvolvimento Integrado da Micro Região: Antonio Olinda, Agudos do Sul, Campo do Tenente, Piên, Quitandinha, Rio Negro e Tijucas do Sul" apresentada pelo Dr. Alceu Antonio Swarowski, por ocasião do Encontro Regional do MDB realizado no último dia 8 do corrente em Rio Negro,

2. — A oportunidade das reivindicações ali propugnadas que, em resumo, são:

a) — Construção da antiga P-6, hoje PR-25, ligando São Mateus do Sul a Garuva;

b) — Eletrificação rural total;

c) — Instalação de uma Faculdade de Curso Superior. Requeiro à Mesa, na forma regimental, a transcrição nos Anais da Casa, da tese em anexo, bem como o envio de exemplares de mesma a:

1.o) Ministro do Interior;

2.o) Ministro de Minas e Energia;

3.o) Ministro do Planejamento;

4.o) Ministro dos Transportes;

5.o) Presidente do INCRA;

6.o) Governador do Estado do Paraná;

7.o) Secretários da Educação, Transportes e Viação e Obras Públicas;

8.o) Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais relacionadas na referida tese.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1971.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental e ouvido o Plenário requer à Mesa que se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura e ao Exmo. Sr. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando que Ss. Exas. se dignem determinar os estudos necessários para a construção de escolas isoladas no Distrito de Cachoeira de Cima, BAIRRO ALTO, com quatro salas, e no XAXIM, com duas salas de aula, ambas no Município de Antonina.

No primeiro local, existe uma escola isolada municipal, porém a mesma não oferece condições de segurança aos alunos, encontrando-se em péssimo estado de conservação, enquanto que no segundo, residem exatamente 42 crianças em idade escolar, as quais estão impossibilitadas de frequentar a escola e receber a necessária alfabetização, por falta de condições.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1971.

(a) **Maurício Fruct**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer à Mesa, na forma regimental, que se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, solicitando que S. Exa. se digne determinar as medidas necessárias para promover reforma e permanente conservação da ponte sobre o rio Cachoeira, localizado no Distrito de Cachoeira de Cima, Município de Antonina.

A referida ponte encontra-se em péssimo estado de conservação, colocando em risco a vida das pessoas que por ali são obrigadas a transitar, pois não oferece as mínimas condições de segurança.

Admite-se que a ponte é passagem obrigatória aos empregados e veículos de fábrica de conserva de produtos alimentícios, indústria que oferece mão de obra e mais de cinquenta pessoas, além de escoamento natural de produtos agrícolas locais.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1971.

(a) **Maurício Fruct**

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, nos termos regimentais, requerem o encaminhamento ao Exmo. Sr. Governador do Estado, de apelo no sentido de dispensar a proverbial sensibilidade à reivindicação dos Despachantes credenciados junto ao DETRAN, exposta em memorial que a nobre categoria profissional está endereçando a S. Exa.

Esta Assembleia Legislativa, por julgar oportuna e reparadora aquela reivindicação, qual seja, a da imediata sustação dos exames marcados para o dia 6 de dezembro do corrente ano, bem como a revisão do Decreto n.º 741, de 9 de setembro deste ano, que consubstancia tal exigência, passa a esperar do ilustre Governador do Estado o atendimento integral da pretensão dos operosos Despachantes Oficiais do Trânsito.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1971.

(aa) **João Mansur e outros**

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

O item IV, do art. 138, da Constituição, passa a ter a redação seguinte:

"IV — instituição de bolsas de estudo, na forma que a lei estabelecer".
Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1971.

(aa) Xenofonte Villanueva — Ivo Tomazoni — João Mansur — Leopoldo Jacomet — Armando Queiroz — Jorge Sato — Borsari Netto — Pinto Dias — Luiz Roberto Soares — Cândido Martins de Oliveira — Fabiano Braga Côrtes — Rosário Pitelli — Marciano Baranuk — Arizone Araújo — Basílio Zanuso — Odilon Reinhardt — Gilberto Carvalho — Santos Lima Muggiati Filho — Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal conferiu à legislação ordinária a competência de disciplinar o regime de concessão de bolsas de estudos, a fim de permitir maior flexibilidade ao regramento da matéria.

A Constituição Estadual, ao contrário, além de estabelecer alguns requisitos de natureza regulamentar no próprio dispositivo, não preconizou expressamente o tratamento da questão, por meio de lei.

Tal sistema, como se sabe, não é tecnicamente o mais adequado, tendo em vista que cada caso apresenta inúmeras peculiaridades, de feição cambiante, que só a legislação comum tem mobilidade para atender.

Dessa forma fica aberto, ao legislador e aos interessados no setor, um amplo campo de ação, onde a experiência e o próprio teste da realidade oferecerão critérios de opção, no sentido de adequar a norma à finalidade a que se propõe.

É conveniente ressaltar que a modificação do texto não afeta a essência do conteúdo, apenas lhe atribui uma fisionomia mais compatível com a técnica de elaboração legislativa, particular que, por si só, lhe garante a unanimidade do apelo dos ilustres representantes do povo paranaense.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 288-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos alunos matriculados em estabelecimentos de ensino Superior, localizados no Estado, cujo pai funcionário civil ou militar, venha a falecer, uma bolsa de estudo reembolsável no prazo máximo de 15 (quinze anos), contados da graduação no respectivo curso, do valor correspondente às anuidades cobradas pelo estabelecimento.

Art. 2.º — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, dentro de 90 (noventa) dias, estabelecendo, entre outras disposições, a forma da concessão do benefício e o sistema de amortização.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei, correrá pela dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1971.

(a) Xenofonte Villanueva.

PROJETO DE LEI N.º 289-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Palmas, um Rêolo Compactador com as seguintes características:

Société des Motens, 180 deulevand rebateau, marseille, type D B 2 n.º 52.526, Type do 14 n.º 1650 Albaret, Rauliquy Oisf.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1971.

(a) Quiêlse Crisóstomo

JUSTIFICATIVA:

O Rôio Compactor em aprêço, pertence ao 4.º Distrito Rodoviário, com sede em União da Vitória, encontrava-se completamente danificado na estrada União da Vitória-Palmas. O Chefe do Distrito cedeu o mesmo à P.M. de Palmas, desde que esta o recuperasse. A Municipalidade procedeu todos reparos necessários, colocando-o em pleno funcionamento; muito justo agora, que se faça a doação.

PROJETO DE LEI N.º 290.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, a Prefeitura Municipal de Astorga, 1 (uma) Motoniveladora Marca ADAMS, Modelo 610, série 3351, Chassis n.º UDC.8764, Motor-8764, equipada com 6 pneus.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1971.

(a) Quiêlse Crisóstomo

JUSTIFICATIVA:

A Motoniveladora que o Projeto pretende doar à Prefeitura de Astorga, já se encontra prestando serviços naquele município há mais de cinco anos, inclusive recebendo todos esses anos toda assistência técnica por conta da Prefeitura.

Desta forma, a presente doação é apenas para regularizar uma situação de fato.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Deputado Antônio Costa, Digníssimo Presidente desta Casa, Excelentíssimos Srs. Deputados.

Por falta de oportunidade, não tivemos o ensêjo de submeter à apreciação dos eminentes Srs. Deputados, tese de ordem técnica aprovada por ocasião de Encontro Regional do Movimento Democrático Brasileiro, realizado na cidade de Rio Negro. Conforme já destacamos, é um trabalho eminentemente técnico, e fartamente elaborado com dados estatísticos. Foram apresentados e apreciados os problemas da Região Sul do Estado do Paraná, e particularmente dos Municípios de Agudos do Sul, Olinto, Quitandinha, Piên, Tijucas do Sul, Campo do Tenente e Rio Negro, e, nem só os problemas foram abordados, como, principalmente as soluções fundamentais apontadas, num trabalho magnífico que mereceu a aprovação unânime de todos os correligionários presentes.

As soluções apontadas se resumem em três itens, já lidos por Sua Excelência o Sr. 1.º Secretário desta Casa — o primeiro deles pedindo urgência na construção da denominada rodovia PR-25, ligando São Mateus do Sul a Garuva; o segundo pedido apresentado, foi o de eletrificação do se.

tor rural nos Municípios já destacados, e o 3.º ponto pede a construção, em Rio Negro, de uma Faculdade de Ensino Superior, a fim de atender a centenas de jovens que necessitam e que a reivindicam, e que há muito por ela estão lutando. Mas para que esta tese e estas soluções sejam devidamente amparadas pelas autoridades é que apresentamos, na sessão de hoje, nesta Casa, um requerimento pedindo o encaminhamento da tese a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado do Paraná, ao Sr. Ministro do Planejamento, ao Sr. Ministro do Interior, ao Sr. Ministro de Minas e Energia, ao Sr. Ministro dos Transportes, bem como aos Srs. Secretários de Educação, dos Transportes, de Viação e Obras Públicas, além de todos os Srs. Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais dos Municípios já aludidos.

Temos a impressão também que esta tese que irá por certo ser inserida nos Anais da Casa, num trabalho acima de tudo técnico e com fartos dados estatísticos, será de total conhecimento de todos os elementos desta Casa, e ao mesmo tempo quero prestar um preito a um cidadão que, com esforço e carinho, realiza um trabalho sério pensando nos benefícios da sua região.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Xenofonte Villanueva.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tive e tenho o privilégio de servir à coletividade na vida profissional, privilégio que se prolonga e se reafirma na obtenção através do voto deste mandato político, onde procuro continuar a servir à mesma causa, ao mesmo povo.

Abraço como fim a profissão e o mandato parlamentar, e conscientizo-me cada vez mais, de que a causa pública é a grande causa.

O funcionário público dedica como profissão a esta causa, os melhores anos de sua existência, numa fidelidade consciente que se renova no dia a dia do exercício funcional.

E se no esforço individual de cada um de nós, reside a prosperidade e o progresso da Pátria, é o funcionário profissional o poder executivo permanente, numa lealdade através dos governos que se sucedem, construtor anônimo de toda a nossa grandeza.

O servidor público, que vive numa renovação diária de esperanças, aguarda de nós, legisladores, garantias novas, capazes de fazê-lo suportar a adversidade.

Esperam eles que, cada um de nós, dentro desta Casa, encontremos soluções há tanto esperadas, como a paridade funcional, o problema dos suplementaristas e contratados. Confiam agora no Governo da pacificação instalado em nosso Estado, à frente do qual um professor, exemplo de tranquilidade e segurança, cuja capacidade, bom senso e alto valor humano, é soberbamente reconhecido, que terá por certo o homem como meta primeira em sua Administração.

Por isso, sentindo as responsabilidades que nos são atribuídas, volto meu pensamento ao servidor público que, pelas circunstâncias inerentes à condição humana falece, fatalidade brutal que interrompe a linha do precário equilíbrio econômico familiar, deixando uma míngua pensão à família enlutada, ocorrência esta que, entre outras consequências, corta muitas vezes a oportunidade dos filhos daqueles funcionários, de aspirarem um futuro melhor, através de instrução universitária. E isto porque, com exceção das universidades federais, o ensino superior é pago.

E então surge o motivo de nossa presença aqui neste momento. Ai é o Estado quem assume a maior parcela dos compromissos financeiros do ensino superior, mesmo das fundações educacionais municipais; aí, o funcionário público é o executor de todo o labor estatal; nada mais justo que a obrigação do Estado em amparar os filhos de funcionários públicos,

falecidos, que estão cursando ou desejam ingressar na Faculdade.

Numa época em que em nosso País, se define uma política nova e arrojada rumo ao desenvolvimento integrado de todos os esforços de atividade administrativa, com especial relêvo ao educacional; quando no Brasil baixam os índices do analfabetismo, através de campanhas como O MOBIL, começa a se implantar o Ensino Fundamental, criam-se e ampliam-se Universidades, sentimo-nos à vontade para vir a esta Tribuna a fim de propor um Projeto de Lei no qual fique assegurado automaticamente, aos filhos dos funcionários públicos, civis ou militares, o direito de bolsas de estudos em sua redação atual, a fim de tornar constitucional o Projeto de Lei por nós apresentado.

Visamos, com isto, criar condições para que o Executivo e Legislativo tenham um melhor campo de ação neste setor.

O Projeto de Lei apresentado é a pequena parcela de contribuição ao funcionalismo público estadual que a oportunidade nos oferece, e para a qual peço a aprovação dos srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Continuamos com a mesma opinião que tínhamos a respeito do Dr. Marcos Prado, Diretor do DETRAN. É um moço idealista, intelectual, tem espírito público, tem capacidade para exercer as elevadas funções que vem exercendo. Todavia, nós nos reservamos o direito de discordar de S.S. em determinados atos da sua vida pública, à frente do DETRAN.

Discordamos, como já discordamos nesta Casa muitas vezes, das modificações introduzidas no trânsito da cidade. Sabemos que muitas delas realmente vieram ao encontro dos desejos da coletividade; trouxeram segurança, tranquilidade ao trânsito curitibano. E outras, ao contrário, têm perturbado de uma maneira até indiscutível, o trânsito curitibano. Nós afirmamos que Marcos Prado, tomando diversas iniciativas, teria que fatalmente errar. Mas, a somatória dos seus erros, na minha opinião, é maior do que nós esperávamos. Por isso nós o temos criticado, porque achamos que S.S. está sendo também mal orientado na direção do trânsito curitibano.

Sabemos perfeitamente que as modificações introduzidas no trânsito não saem todas do gabinete do DETRAN; são ditadas por um trabalho que vem sendo realizado há muito tempo, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, na implantação do Plano Diretor da nossa cidade. Todavia, apesar dos reclamos da população, gritos da imprensa, apesar dos protestos das associações de Classe, o Diretor do Detran e os homens responsáveis pelo IPPUC têm ouvidos de mercador a essa pesquisa. Agora então, o fato é mais grave, porque nós sabemos que diversas modificações vão interferir diretamente na bolsa da população, pois logo viriam os pedidos de reajustamento de tarifas dos serviços públicos; porque hoje, com os sugar, sugas e a obrigação dos veículos circularem mais para atingir o mesmo ponto, o mesmo objetivo, fatalmente vêm a sugar, com uma elevação de tarifas de serviço público.

Nós temos advertido o Governo do Estado e o Prefeito de Curitiba, para essa situação caótica. Mas o que nos parece é que até agora os nossos apêlos têm sido insensíveis. Ninguém parece ter dado maior importância a um fato tão importante como é o trânsito curitibano. E ainda mais hoje, esta Casa está, pela consciência quase que unânime de seus membros, todos os Srs. Deputados estão endereçando, através do Líder da Arena, nesta Casa, um apêlo ao novo Governador do Estado, para que S. Exa. proteja a execução do decreto 741, do Governo anterior, que traçou novas normas para os ser-

viços de despachante do DETRAN; um atentado, a meu ver, ao Direito. Embora os estudiosos da matéria pensem o contrário, direitos inalienáveis foram atingidos por este Decreto. Não se concebe exigências que venham criar dificuldades a despachantes que foram nomeados por outros Governos anteriores ou no próprio Governo que despediu-se a semana passada, do Paraná. O que nós não podemos admitir é que se exija desses homens um exame sobre normas e sobre questões de trânsito; a matéria nem fora distribuída. Os pontos não foram distribuídos aos senhores despachantes.

Também não podemos admitir que se declare impedido o Despachante que tem um parente até terceiro grau no trânsito. E o fim do mundo, é uma barbaridade.

Acho que o Diretor do Trânsito, apesar de sua honestidade, de seu espírito público, ou dele ou quem às vezes dele fizer, está procurando mandar para a rua determinado numero de Despachantes, a fim de abrir vaga aos seus protegidos ou apauaguados. Porque outra concepção não se pode ter de um Despachante ter um parente até terceiro grau como funcionário da de um Despachante ter um parente até terceiro grau como funcionário da Secretaria de Segurança Pública. Não vejo nenhum inconveniente.

Admitir-se-ia este impedimento se fôsse na mesma Circunscrição de Trânsito, no mesmo processo, mas jamais em todo o Estado. O que tem que um Despachante de Foz do Iguaçu tenha um parente servindo no Trânsito de Paranaguá? Não posso saber como e nem por onde possa aquele funcionário praticar advocacia administrativa em favor de seu parente que é Despachante num setor longínquo daquele onde ele exerce suas atribuições.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que V. Exa. dispõe de apenas mais um minuto para terminar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado.

Mas, nobres Deputados, tenho absoluta certeza de que, com o encaminhamento deste apêlo que a Casa por unanimidade fez ao novo Governador, este não será insensível, porque S. Exa. é profundamente humano.

Conheço o atual Governador, seu passado, e tenho certeza de que sustará a vigência deste Decreto até que estudos posteriores digam de sua inconveniência ou não. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra a outro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Wilson Brandão.

O SR. WILSON BRANDÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Erondy Silvério já expôs a situação gritante e alarmante dos senhores Despachantes de Trânsito de nosso Estado.

Hoje éramos procurados por Despachantes de Maringá e inclusive quasi que a totalidade de Despachantes do Norte do Paraná, que vieram a Curitiba fazer um apêlo aos Srs. Deputados. Ao tomarmos conhecimento, já verificamos movimento da Liderança do Partido, através de um requerimento ao Sr. Governador do Estado.

Não vamos aqui levantar uma celeuma, quando já estamos com o pensamento definido a respeito. Inclusive queremos deixar aqui patente a posição do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Elio Narezi, que muito engrandece o Poder Legislativo de nosso Estado com sua presença. Naturalmente, como jurista, o Dr. Narezi foi procurado quando era levantado este problema de ordem jurídica, através de um Decreto Governamental que estava eivado de inconstitucionalidade.

Queríamos deixar bem clara então, a nossa posição quanto às exigências do Decreto.

Fizemos um apêlo com mais de 30 assinaturas dos Srs. Deputados para pedir ao Sr. Governador do Estado a suspensão do concurso a realizar-se dia 6 de dezembro.

Poderíamos externar nosso pensamento sobre esta representação dos Srs. Despachantes que, depois de dez, quinze, vinte anos de exercício profissional, muitos não teriam coragem de enfrentar um concurso.

Não queremos entrar no mérito das exigências das certidões, mais um cidadão, muitas vezes, com as dificuldades da vida, não tem condições de conseguir essas exigências, que provocariam no final transtornos em sua vida. Tenho conhecimento de um despachante de Maringá que não teve coragem de se inscrever neste concurso, ele que tem mais de vinte anos de serviço!

Assim fica o nosso apêlo, assinado por todos os Srs. Deputados, a S. Exa. o Sr. Governador do Estado que, acredito, na sua coerência, tratará de bom grado este apêlo da classe representativa do povo paranaense.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, queremos dar, aqui, uma satisfação pelo cumprimento da missão para a qual fomos designados por esta Casa, ao lado do nobre Deputado Lázaro Dumont, para representarmos esta Casa no ato inaugural da nova sede do Banco do Brasil, em Londrina.

Aquela solenidade contou com as presenças do Sr. Ministro da Fazenda Delfim Neto, do Sr. Nestor Josten, do Sr. ex-Governador do Rio Grande do Sul Perachi Barcellos, de Secretários de Estado, dos Deputados Ueno, Villanueva Dumont, Alvaro Dias e este Deputado.

Foi realmente um ato empolgante, porque pudemos sentir a presença de Prefeitos de quase todo o Norte do Paraná, de figuras que simbolizam a vida econômica e social de nossa região. Constatamos o entusiasmo de toda a região pela presença do Banco do Brasil com uma sede mais ampla, mais confortável e com equipamentos mais modernos para o atendimento ao público.

Entre os convidados, Sr. Presidente, estava presente o ex-Governador Paulo Pimentel. E novamente pode-se sentir a grande popularidade que desfrutava, em Londrina, o Sr. Paulo Pimentel que, na verdade não pertence ao nosso Partido, porém é inegável a liderança desse homem público que governou o nosso Estado, e desde o momento que chegou a Londrina, até após a inauguração do Banco do Brasil, muitos se aproximaram do Sr. Paulo Pimentel querendo abraçá-lo, cumprimentá-lo, deixando-se fotografar ao lado desse homem que governou o Paraná por 5 anos. Na manhã de sábado, Paulo Pimentel, como gratidão de um clube social de Londrina pelos trabalhos que realizou como Governador, foi homenageado com o título de Cidadão Benemérito do Iate Clube de Londrina. Essa cerimônia foi um conagraamento, foi a união das mais ilustres figuras representativas da vida social da cidade de Londrina.

Foi realmente um fim de semana dos mais movimentados, esse vivido pela cidade de Londrina.

Por último, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em conversa que mantivemos com vários cafeicultores, cafeicultores que levam a sua vida trabalhando pelo crescimento do norte do Paraná, lá chegando quando tudo ainda era mata virgem, pudemos notar um certo descontentamento de uma parte dos cafeicultores, pela política de financiamento ao plantio de café. Pena que o tempo seja curto e não possamos nos alongar neste comentário, porque outros oradores estão inscritos no Grande Expediente. Mas, o que verifiquei, é a mágoa de alguns cafeicultores contra aventureiros que têm conseguido financiamento no Banco do Brasil, para plantio de café em regiões quase que inúteis para essa lavoura, e os homens que estão cultivando as grandes áreas

de café reclamam um maior incentivo para os verdadeiros cafeicultores. Como o assunto é complexo, nós iremos pedir, se possível amanhã, uma Comissão especial desta Casa, para verificar no próprio Norte do Paraná o que esta ocorrendo de verdade no financiamento ao plantio de café.

Há elementos que procuram financiamento apenas para comprar um carro novo, apenas para comprar uma casa nova, para levar uma vida mais confortável, porque, na verdade, pouco entendem de café.

Entendemos que a política do Sr. Ministro Delfim Neto, é a mais louvável; mas, se estão ocorrendo irregularidades, nós deveremos trazer ao conhecimento da Casa, para evitar que falsos cafeicultores venham a se aproveitar do financiamento dado pelo governo, tirando uma ajuda que poderia ser empregada em benefício de alguns elementos que procuram financiamento para o plantio do café porque o juro é baixo, é compensador, mas dinheiro que jamais será empregado para plantio de café.

Iremos voltar a este assunto com amplos detalhes, que certamente servirão de grande colaboração ao Governo Federal, porque, se nos calarmos, se não trouxermos o fato ao conhecimento das autoridades, estaremos pecando também por omissão e cabe a nós, legisladores, denunciar às autoridades superiores aquilo que há de errado, principalmente quando o dinheiro é do povo, dinheiro que nós sabemos que o Governo deseja empregar bem, jamais permitindo os abusos, como estaria acontecendo no Norte do Paraná.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebi hoje, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bom Sucesso e também de representantes da minha região, um apêlo para que intercedesse junto ao Departamento de Trânsito, no sentido de que fôsse revogado o Decreto 741.

Foi com satisfação que ouvi, no início desta Sessão, quando ocupou a Tribuna o Sr. Deputado Erondy Silvério, que fez uma bela exposição sobre o assunto, assim como o Deputado Wilson Brandão. Sei, como esses Srs. Deputados, que existem Despachantes com 10, 12, 15 anos de serviço e no entanto tem que se sujeitar a um teste que não sabem como será feito.

Ja tratei deste assunto, atendendo pedido feito pelo Presidente da Associação dos Despachantes, Sr. Calixto. Falei, em razão desse pedido, com o Diretor do Departamento de Trânsito. A argumentação que recebi de S. Exa. o Sr. Marcos Prado, foi de que precisava melhorar a classe. Por este motivo iria ser feito um teste ou um concurso entre os Despachantes para que essa classe melhor funcionasse, e melhor atendesse ao povo. Mostrou-me, na ocasião, uma Apostila que iria ser distribuída a todos os Despachantes; porém alegou S. Exa. que, como o Departamento não tinha condições para distribuí-la, existia uma gráfica aqui em Curitiba que estava providenciando a impressão da mesma a fim de ser distribuída aos Despachantes.

Sua argumentação me convenceu. Achei muito certo que fôsse feito esse exame de aperfeiçoamento a fim de que o Despachante tivesse melhores condições. Mas, o que se está assistindo hoje não é isto. A realidade é que existe exame marcado para o dia 6 do próximo mês de dezembro e os Despachantes estão apavorados, porque não sabem qual será o tipo de exame que terão que enfrentar, não sabem o que terão que fazer e não sabem se irão perder seu cargo, pois muitos o estão exercendo há 10, 12, 15 anos, sendo que sua profissão é a de Despachante e têm família para sustentar.

Foi com satisfação que assinei essa reivindicação ao Sr. Governador do Estado, junto creio que com todos os Srs. Deputados presentes, para que seja revogado esse Decreto, ou então que os exames sejam prorrogados, ou que uma orientação seja dada aos Srs. Despachantes relativamente ao que

devem estudar para enfrentar os exames marcados para o dia 6 de dezembro próximo, porque não poderão eles enfrentar um exame sem saber o que vão fazer.

Ouvi, também, há poucos instantes, uma exposição feita pelo Sr. Deputado Antônio Belinati com referência ao plantio de café, ao financiamento feito pelo Banco do Brasil. Como era o Pequeno Expediente, não me foi possível apartear-lo.

Existe, na realidade, esse tal financiamento e existem, igualmente, aqueles que se aproveitam desse financiamento. O Banco do Brasil financia inicialmente Cr\$ 0,70 por pé de café, dando dois mil e oitocentos cruzeiros por alqueire. Uma terra especial para o plantio da lavoura branca custa Cr\$ 1.500,00; há Cr\$ 1.300,00 sobrando, então, desse primeiro financiamento, já de dinheiro para a compra da terra, e esse primeiro financiamento se destina à derrubada e ao plantio do café, porque depois de feito o plantio do café, este mesmo que pleiteou financiamento do Banco do Brasil, recebe mais Cr\$ 0,50 por pé de café, e depois de um ano mais Cr\$ 0,40 e mais Cr\$ 0,40, totalizando 2 cruzeiros, ou seja, 8 mil por alqueire de terra. Se existem aqueles que pleitearam financiamento e que não visavam o interesse e dedicam-se à lavoura de café, depois, na posse desses 8 mil cruzeiros, poderão simplesmente devolver ao Banco do Brasil este terreno, que é adquirido com o financiamento, ficando com a sobra daquele financiamento, dizendo que não vem mais condições ou que aquela área já não oferece condições para a formação do café, dando então prejuízo ao Banco do Brasil, o prejuízo daquele financiamento que poderia ser feito a outros que se dedicam, que têm a boa intenção de melhorar a nossa produção cafeeira. É preciso que haja uma melhor fiscalização, porque existem aqueles que se aproveitam, valem-se desse financiamento em que possibilite a fraude, com a intenção de devolver ao Governo aquela área que adquiriu com financiamento, e ficando com a sobra do dinheiro do financiamento, porque a única coisa que vai garantir o financiamento é a terra adquirida, é o café que ele plantou!

(Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Maurício Fruct. (Pausa). Não estando presente o Sr. Deputado Maurício Fruct, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Proposta de Emenda à Constituição, subscrita pelo Sr. Deputado Xenofonte Villanueva e outros. Sera encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 124/70, de autoria do Deputado Igo Iwânt Lasso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Normal Colegial Estadual "Amanda Carneiro de Mello", da cidade de Castro. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 258/71, de autoria do Deputado Nelson Buffara, que acresce ao artigo 12, da Lei n.º 6.212 de 9.8.71, o parágrafo que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA** — Sobre o Projeto há um requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia

do referido Projeto, por duas sessões. — **Aprovado o requerimento.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 11/71, encaminhando Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a inclusão do Parágrafo que especifica, ao artigo 53 do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Poder Executivo do Estado do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/71, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Mandaguá. Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 131/71, de autoria do Deputado Aginaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Normal Colegial do Município de Conselheiro Mairinck, para funcionar no ano letivo de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203/71, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública o Clube dos Doadores de Sangue da cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/70, de autoria do Deputado Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo a firmar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, Convênio com o Município de Ortigueira, para fins que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 56/70.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar, através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com o Município de Ortigueira, para execução dos serviços de asfaltamento e obras complementares, da via que liga a sede daquele Município à BR-376 (Rodovia do Café), numa extensão de 1.400 mts.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1970.

a) Dep. Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

O Município beneficiado pelo presente plano de Lei, não conta, no momento, com recursos suficientes para executar as obras necessárias para ligar a sua sede à BR-376. Tal obra, por certo, trará àquela comuna grandes benefícios, além de proporcionar aos seus usuários, antes de tudo, a segurança e o conforto que o sistema rodoviário moderno exige.

Por outro lado, é bom que se ressalte, a execução daqueles serviços incorporará o Município de Ortigueira ao Plano Estratégico de Desenvolvimento da União, no setor de comunicações, o que é bastante significativo, cujo motivo, por si só, justifica plenamente a apresentação desta Proposição.

Nestas condições, submetemos o presente Projeto à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê acatamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 56/70

I — É medida autorizativa, que não fere quaisquer preceitos de ordem legal ou mesmo constitucional.

II — Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1971.

aa) Muggiati Filho — Presidente em exercício

Emílio Carazzai — Relator

Igo Losso

Arthur de Souza

Acyr José

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 56/70

A presente proposição vem articulada e devidamente justificada, conforme preceitua o Regimento Interno.

Por outro lado, não conflita com qualquer dispositivo de ordem financeira, razão pela qual nós manifestamos pela sua aprovação.

Quanto a sua oportunidade, nada há a opor.

Parecer favorável, portanto.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Santos Lima

Paulo Poli

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 56/70.

I — A iniciativa do deputado Igo Losso, é meramente autorizatória.

II — Está perfeitamente justificada.

III — O nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) Lázaro Dumont — Presidente

Hélio Manfrinato — Relator

Gilberto Carvalho

Borsari Netto

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 264/70, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que cria o Município de Figueira, e dá outras providências. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 264/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Município de Figueira, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Curiúva.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1970.

a) — Dep. Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

Necessário se torna a criação do Município de Figueira, eis que, crescente é o progresso daquela localidade. É bom de se ver que as condições impostas pelo texto legal, estão sobejamente satisfeitas.

Dada a importância desta Proposição, apresentamo-la sem as divisas que delimitam a sua área territorial, as quais serão dadas quando da apreciação deste Projeto, na Comissão de Constituição e Justiça.

Nestas condições, submetemos a presente iniciativa à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 264/70

AUTOR: Dep. Gabriel Manoel

SÚMULA: "Cria o Município de Figueira na forma e como especifica".

PARECER

1.) A Proposição supra referida foi apresentada atendendo o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno, eis que vem articulada e justificada.

2.) Referido Projeto fere não só a Lei Complementar número 1, como também, o Ato Institucional n.º 46, cujos diplomas, legais regem a questão de criação de municípios.

Aliás, em oportunidades anteriores, neste mesmo sentido vem se pronunciando esta Comissão.

3.) Nestas condições, e por se tratar de medida inoportuna, somos pela sua rejeição.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Emílio Carazzai

Cândido Martins de Oliveira

Sebastião Rodrigues Júnior

Muggiati Filho

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 65/71, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação, a estrada que liga a cidade da Lapa à Gruta do Monge, no Município do mesmo nome. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., com SUSTITUTIVO. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 65/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º — Passa à conservação do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada que liga a cidade da Lapa à Gruta do Monge, no Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1971.

a) Dep. Maurício Fruet

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o Plano em tela, pelo fato de ser a região da Gruta do Monge um dos maiores pontos de atração turística em nosso Estado.

A situação atual daquela rodovia é péssima e em épocas chuvosas se torna quase intransitável, não sendo, portanto, um cartão de visitas apresentável ao turista, que por aqui chega.

O seu curto trecho, de aproximadamente 4 quilômetros não tornará onerosa a sua conservação, que é de interesse vital para o nosso turismo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 65/71

AUTOR: Dep. Maurício Fruet

SÚMULA: Transfere ao D.E.R., a rodovia Lapa - Gruta do Monge.

PARECER

A justificação apresentada pelo nobre autor é, sem dúvida, convincente sob o aspecto turístico. Inegavelmente, uma das indústrias mais rendosas e de resultados coletivos mais favoráveis dos tempos modernos é o turismo. A integração nacional pelo sistema rodoviário, as facilidades proporcionadas para viagens internas, bem como o interesse que o Brasil desperta atualmente lá fora, são alguns elementos promotores da intensa procura de pontos turísticos.

Ora, não se pode permitir que o aprazível logradouro conhecido por Gruta do Monge, situado no Município da Lapa, permaneça a margem das ager das turísticas, por falta de condições de tráfego à altura do complexo viário

nacional. É do interesse do Estado a atração de contingentes cada vez maiores de visitantes às nossas belezas naturais, por isso que ao seu órgão especializado deve caber a tarefa de manter aquela rodovia em perfeito estado de tráfego, como convém.

Acólho a iniciativa. Porém, no sentido de sanar-lhe a inconsistência manifesta, permito-me oferecer-lhe uma redação tecnicamente satisfatória e isenta de iniquação que ora lhe pesa.

Opino pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Igo Losso

Cândido Martins de Oliveira

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

PROJETO DE LEI N.º 65/71

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga a sede do Município da Lapa ao local denominado Gruta do Monge, no mesmo Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões,

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Arthur de Souza — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 65/71

O presente Projeto de Lei, já devidamente articulado e justificado, de acordo com o que determina o Regulamento Interno, não apresenta qualquer implicação de ordem financeira, pois se trata de matéria de ordem meramente autorizatória.

Somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em de agosto de 1971.

aa) **Leopoldo Jacomet** — Presidente

Fuad Nacli — Relator

Santos Lima

Paulo Poli

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 65/71

I — O Projeto de Lei está devidamente articulado e justificado. É matéria de ordem meramente autorizatória. Nada há o que se opor.

II — O nosso Parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) **Lázaro Dumont** — Presidente

Hélio Mantrinato — Relator

Gilberto Carvalho

Borsari Netto.

1a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 171/71, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (A.P.A.E.) da cidade de Santa Mariana. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 171/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (A.P.A.E.) de Santa Mariana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1971

(a) Dep. Rosário Pitelli

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, vem prestando inestimáveis serviços à Sociedade de Santa Mariana, através da efetiva e eficiente assistência às crianças e adultos excepcionais.

Já mereceu ser declarada de Utilidade Pública no âmbito Municipal, em vista justamente da atividade desenvolvida.

Anexamos, para o exame mais acurado dos Senhores Deputados, o Estatuto da referida Associação, que foi fundada em 22 de agosto de 1970.

Portanto, nada mais justo que seja declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Mariana, para o que contamos com o apoio dos nobres Deputados com assento nesta Assembléia Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 171/71

AUTOR: — Dep. Rosário Pitelli

SÚMULA: — Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (A.P.A.E.) da cidade de Santa Mariana.

PARECER

1) — O Projeto em questão vem articulado e justificado, atendendo, desta forma, o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Do exame do respectivo processo conclui-se: a) — que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública está em funcionamento há mais de um (1) ano; b) — que tem seu estatuto social devidamente registrado no cartório de registro das Pessoas Jurídicas; c) — que presta, de maneira desinteressada, serviços à coletividade; e d) — que seus dirigentes não percebem qualquer tipo ou forma de remuneração.

Assim, pois, preenche todos os requisitos reclamados em Lei.

3) — Por outra Parte, a referida iniciativa não apresenta qualquer vício constitucional ou legal.

4) — Quanto a sua oportunidade, é evidente.

Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Emílio Carazzzi — Cândido Martins de Oliveira — Arthur de Souza — Acyr José

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur e outros, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de dispensar a proverbial sensibilidade à reivindicação dos Despachantes credenciados junto ao DETRAN, exposta em memorial. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, no sentido de determinar as medidas necessárias para promover reforma e permanente conservação na ponte sobre o rio Cachoeira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cul.

tura e ao Sr. Diretor Superintendente da Fundepar, no sentido de que determinem estudos necessários para construção de escolas isoladas no Distrito de Cachoeira de Cima — Bairro Alto e no Xaxim, ambas no Município de Antonina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando transcrição nos Anais da tese "Desenvolvimento integrado da micro-região", apresentada pelo Dr. Alceu Antônio Swarowski, por ocasião do Encontro Regional do MDB, em Rio Negro. **Aprovado. — (O texto a ser transcrito está contido no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 234-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Armando Queiroz, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 18-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Lauro Grein Filho e à Delegação Brasileira que participou ao Congresso Mundial da Cruz Vermelha, no México. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 220-69, 124-70, 125-70, 230-70, 304-70, 10-71, 57-71, 72-71, 85-71, 155-71, 196-71, 243-71, 244-71, 245-71 e 246-71.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 95-71 — 129-71 — 131-71 e 203-71;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 56-70 — 65-71 — 171-71;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 167-70 — 45-71 — 234-71 e do Projeto de Resolução n.º 18-71.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Maurício Fruet, na Sessão de 29 de Novembro de 1971, sob o título "Desenvolvimento Integrado da Micro-Região".

"ALCEU ANTONIO SWAROWSKI"

DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA MICRO-REGIÃO:

Antônio Olinto — Agudos do Sul — Campo do Tenente — Piên — Quitandinha
Rio Negro — Tijucas do Sul

"Do pouco para o muito, do ruim para
o bom e do bom para o melhor!"

(RUI BARBOSA)

INTRODUÇÃO

Vivemos a pleno, na terceira Revolução Industrial. As conquistas científicas transformaram o nosso planeta, "numa grande aldeia".

O progresso vertiginoso é responsável pela civilização em mudança de que nos fala Kilpatrick. Quem não acompanhar a evolução dos tempos, ficará, a meio do caminho. E neste mundo em que as telecomunicações e a "integração dos mercados" tornou todos solidários (corresponsáveis) pelo **DESENVOLVIMENTO**, num mundo cada vez mais interdependente, no dizer de Roberto Campos, a saída do subdesenvolvimento não depende apenas, dos países pobres. Assim também, entendemos, que a demarcação para o desenvolvimento de municípios de uma mesma região geoeconômica (**MICRO-REGIÃO**), assim agrupados, não depende unicamente de si mesmos,

mas, outrotanto, dos Órgãos da União e dos Estados-Membros respectivos. Se não bastasse, somos uma República Federativa. Daí porque o Ministério do Interior preconizar a criação dessas Micro-Regiões para execução do planejamento local integrado. E na aceleração do desenvolvimento nacional, para provarmos no ano 2000 que "somos capazes como Povo e viáveis como Nação" devemos pôr em prática o que estabelece o art. 110, da Constituição do Estado do Paraná, de 28.2.70, ainda em vigência: "Os municípios deverão integrar-se no planejamento estadual e nacional".

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) por exemplo, segundo o Ministro do Planejamento visa, além de objetivar o crescimento, criar, no Brasil, a sociedade desenvolvida, ou seja, uma sociedade Industrial, com preservação da identidade nacional e dos valores humanos e culturais e capaz de realizar a síntese da Tecnologia com o Humanismo Moderno.

Logo, permanece a ênfase dada à Industrialização

Neste pequeno trabalho adotamos o sistema de Micro-Região, agrupando os seguintes municípios de área geo.econômicamente semelhantes: — Antônio Quinto — Agudos do Sul — Campo do Tenente — Piên — Quitandinha — Rio Negro e Tijucas do Sul. Discrepamos voluntariamente do que estabelece, em certos pontos, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico — 1970 — IBGE.

Assim, como de um modo geral tais municípios se caracterizam por uma topografia bastante movimentada, sendo cobertura vegetal dominante a mata de araucária, pobreza dos solos se refletindo no baixo rendimento da agricultura e densidades demográficas relativamente baixas, a nosso ver constituem uma só Micro-Região (e não três).

"INTEGRAR PARA CRESCER"

O Paraná, podemos dizer, sofreu três ondas de povoamento: A do Paraná Tradicional que se expandiu desde o século XVII, de Paranaguá e Curitiba, pelas regiões de campo com a criação de gado e depois com a indústria da erva-mate e da madeira de pinho; as do Paraná Moderno, aquela dos agricultores da agricultura tropical do café que, pelas origens e interesses históricos, ficaram mais diretamente ligados a São Paulo e a dos colonos da Agricultura de Subsistência, plantadores de cereais, e criadores de suínos que pela origem e interesses históricos se ligaram mais intimamente ao Rio Grande do Sul. Cada uma dessas três ondas criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou as suas próprias cidades.

O problema relevante que se coloca hoje na história do Paraná, é o da integração dessas comunidades. (In. História do Paraná—Gráfica — p. 264).

É bom de ver que pertencemos ao Paraná Tradicionais já com poucos recursos naturais e economia combatida. A nossa Micro-Região apresenta-se com a seguinte população residente, nos respectivos municípios:

1970 — POPULAÇÃO RESIDENTE

	Totais	População Urbana	População Rural
	Total	Total	Total
Antônio Olinto	7.155	212	6943
Agudos do Sul	5.419	765	4654
Campo do Tenente	4.426	940	3486
Piên	5.349	128	5221
Quitandinha	10.866	1.250	9616
Rio Negro	18.448	12.681	5767
Tijucas do Sul	7.934	389	7545
	59.597	16.375	43.222

Não fôsse a abertura para a Industrialização do Brasil e, agora já do Paraná, esta garante ao município ou região que a desenvolver, posição privilegiada em relação aos de mera atividade agro-pastoril. Não se nega tenham, importantíssimo papel na economia mas são superadas pela grande realidade daquela no Brasil e no mundo; pois, enquanto os preços dos produtos agrícolas ou da pecuária se deterioram, os industriais, sobem assustadoramente.

Assim, não só por isso, mas pelas características atuais da Região onde habitamos, impõe-se, se empreste todo o apoio à lavoura e à pecuária, mas se avance imediatamente na estratégia do Desenvolvimento Industrial; não só de Rio Negro, mas de toda a Micro.Região enfocada.

É evidente que para a demarcação industrial há que se contar: matérias-primas, energia, capitais, mão de obra, centros de consumo, transportes principalmente. Condições essas necessárias.

O Rotary Clube de Rio Negro, em notável pesquisa em abril do corrente ano, coordenada pela Avenida de Serviços à Comunidade — trabalho que se deve divulgar em todo o Paraná e no Brasil — concluiu que se criasse o Distrito Industrial e Rio Negro o criou; que se pode instalar a indústria de Celulose em qualquer de seus estágios ou similares que se utilizem de resíduos de madeira, face aos reflorestamentos que se realizaram na região num raio de 70 km, cujos desbastes em breve se iniciarão; que deverá ter caráter prioritário o estabelecimento, em Rio Negro, de novas empresas como a da indústria de Embalagem de Polietileno (plástico em geral). Aduz ainda, aquele trabalho metucioso, as vantagens que Rio Negro oferece para a instalação de Indústrias: Localização privilegiada clima agradável, recursos naturais água em abundância, transportes: sendo tronco rododferroviário, energia elétrica abundante, como também mão de obra educação com 40 estabelecimentos de ensino, Instituições Financeiras e Creditícias, comunicações e recreações.

Técnicos no assunto informam que Rio Negro é campo ideal para a instalação de Frigorífico voltado para a Avicultura, no sentido de atividade profissional e não amadorista. E até para Refinaria de petróleo, acredita-se viável.

Entendemos que todos os homens de boa vontade, governantes e governados, de todos os municípios da Micro.Região, deverão somar esforços para que a mesma ingresse na estação do progresso, acenando com as vantagens, mantendo contactos, estimulando visitas, enfim por todos os meios possíveis para o processo desenvolvimentista da mesma área; inclusive doações pela Municipalidade ou municipalidades de imóveis e isenções tributárias competentes para quem instalar sua indústria aqui.

Mas, por outro lado, cada administração municipal deverá ter seu Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, e, ao lado do mesmo, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) para as Prefeituras da Micro.Região. E que tais planos tenham continuidade e sejam adaptados às peculiaridades de cada município e em função de uma visão global de diretrizes estaduais e nacionais.

No Planejamento Global, deverão ser atacados os pontos de estrangulamento e que sejam prioritários, em primeiro lugar, já que a Região é carente de Capital. De par com a administração propriamente dita, no ataque aos problemas cotidianos, as municipalidades em tela, com base no art. 107, da Carta Estadual com a aprovação das Respectivas Câmaras Municipais, poderão fazer trocas recíprocas de mão de obra e materiais com capacidade ociosa de utilização.

São prioritárias as seguintes obras de infra-estrutura: — pois preparatórias do desenvolvimento da Micro.Região:

1.º — Construção da antiga P-6, hoje PR-25, ligando S. Mateus do Sul a Garuva, o caminho da integração regional, já batizada como Transriogrense, idealizada pelo general Luís Carlos Pereira Tourinho no segundo governo de Moisés Lupion; será uma rodovia, tronco de transporte e colonização além de fixação do homem à terra.

2.o — Eletrificação total dos bairros e áreas rurais da Micro-Região, através de programa entre a COPEL ou CELESC, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a ELETROBRÁS. O homem dos bairros e das áreas rurais merece, pelo menos mais conforto que a eletrificação trará. O ser humano é o melhor Capital.

3.o — Instalação de um Curso Superior em Rio Negro — centro nervoso da Micro-Região — Verificamos que as Faculdades estão caminhando para o interior do Brasil e do Paraná, estabelecendo-se a expansão por contacto como refere David Carneiro. O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. Forma elites, com o aumento da capacitação individual. E o progresso econômico se beneficia extraordinariamente pela presença de elites empreendedoras, criadoras e inovadoras. Considerando-se a nossa Região e os municípios catarinenses de Mafra, Rio Negrinho, São Benito do Sul e Canoinhas cerca de 500 estudantes concluem o 2.o ciclo, anualmente. As famílias dos mesmos, na sua maioria, não possuem recursos financeiros para enviar os seus filhos à Curitiba.

CONCLUSÃO

O Desenvolvimento Integrado da Micro-Região — Antônio Olinto — Agudos do Sul — Campo do Tenente — Piên — Quitandinha — Rio Negro e Tijucas do Sul — dependerá basicamente de um Plano Diretor Municipal e de um Plano Diretor Integrado, atacando-se prioritariamente os pontos de estrangulamento, a curto prazo, os demais a médio e a longo prazo.

Somente, em condições normais, com a conjugação de esforços de todas as forças vivas de cada município de toda a Micro-Região é que poderemos “demarrar” para o crescimento com Liberdade, com Desenvolvimento equilibrado, em todos os setores da atividade humana, com Justiça Social para o bem estar de todos.

O desafio aí está para todos nós.

E “só as sociedades que acreditam em si mesmas podem estar à altura dos desafios que lhes são feitos”.

SÓ NOS MESMOS PODEMOS DAR A DEVIDA RESPOSTA!

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da 26.a Reunião Ordinária

As quinze horas e trinta minutos, do dia dezoito do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala de Reuniões, da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do senhor Vice-Presidente, Deputado José Muggiati Filho, presentes os Senhores Deputados: Armando Queiroz, Emilio Carazzai, Odilon Reinhardt, Gilberto Carvalho, Cândido Manuel, Borsari Netto e Sebastião Rodrigues Júnior e o Senhor Assessor, Doutor José Maria Zanardini de Camargo. Requerida dispensa da leitura da Ata anterior pelo Senhor Deputado Emilio Carazzai. Nada havendo a constar da hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — 107-71 — PROJETO DE LEI N.º 107-71, de autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Engenheiro Beltrão, o lote n.º 45-E, com 4,70 hectares, Secção Agua Grande da Gleba Rio Mourão, naquele Município. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: Favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 118-71, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Cria, no Bairro de Maringá Velho, Col. marca de Maringá, um Ginásio Estadual para funcionar no ano letivo de 1972.

Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: Favorável. Aprovado. 3) — **PROJETO DE LEI N.º 135.71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Jacarézinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º ciclos, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — **PROJETO DE LEI N.º 148.71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Autoriza o Poder Executivo delegar poderes à Fundepar para firmar convênio com a Prefeitura Municipal de São Jorge, objetivando a construção de um prédio escolar para o Grupo Escolar Copacabana do Norte. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — **PROJETO DE LEI N.º 163.71**, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger. Autoriza o Poder Executivo construir um Ginásio Estadual em Santa Maria, Município de Pranga, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — **PROJETO DE LEI N.º 139.71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Autoriza o Poder Executivo celebrar convênio, através do DER, com o Executivo Municipal de Cruzeiro do Oeste, para pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede deste à Rodovia Maringá-Umuarama. Relator: Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — **PROJETO DE LEI N.º 165.71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio, na Via Operária da cidade de Maringá. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer favorável com substitutivo. Aprovado. 8) — **PROJETO DE LEI N.º 197.71**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão. Considera de utilidade pública o núcleo de Maringá, da Legião da Boa vontade. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável. Aprovado. 9) — **PROJETO DE LEI N.º 158.71**, de autoria do Senhor Ex-Deputado Acyr José. Denomina Desembargador Antônio de Paula, o Estabelecimento de Ensino de Grau Médio, sediada na Capital do Estado. Relator Deputado Odilon Reinhardt. Parecer: Favorável. Aprovado. 10) — **PROJETO DE LEI N.º 206.71**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 22.71, estabelecendo normas legais a fim de que o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S.A., através de deliberações em Assembleias Gerais e de acordo com as necessidades de sua administração, possa instituir novas diretorias ou suprimir as já existentes. Relator Deputado Emílio Carazzini. Parecer favorável. Havia sido concedido vistas ao Senhor Deputado Cândido Manuel, que o devolve hoje, com voto em separado. Em discussão. O Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior pede a palavra para dizer que e de boa norma administrativa esta concessão, tendo em vista a administração do Banco do Brasil que é feita assim. É favorável ao voto do Deputado Cândido Manuel, apenas por uma questão de cautela, administrativamente é a favor, no entanto deveria ser limitado o número de diretorias. Vota contra o parecer. O Deputado Armando Queiroz diz que a justificativa do Deputado Cândido Manuel, em parte convence, e que se a norma que vige com sucesso no Banco do Brasil por que não vigorar no Banco de Desenvolvimento. O Deputado Sebastião Rodrigues Júnior esclarece que é norma que tem sido usada de modo mais abusivo nos demais Bancos do Brasil. O Deputado Gilberto Carvalho requer vistas do Projeto. É indeferido por já haver decorrido prazo legal. Em votação: Deputado Armando Queiroz vota a favor do parecer. Deputado Odilon Reinhardt, Deputado Gilberto Carvalho votam a favor do parecer: Deputados Sebastião Rodrigues, Borsari Netto e Cândido Manuel votam contra. Aprovado o parecer por maioria. Parecer favorável. Aprovado. 11) — **PROJETO DE LEI N.º 206.71**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 22.71, digo **PROJETO DE LEI N.º 209.71**, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Transfere a responsabilidade do DER, a estrada que liga os Municípios de Santa Izabel do Oeste, Salto do Lontra e Dois Vizinhos, passando por Pinhal da Vargem e Alto Bela Vista. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer. Favorável. Aprovado. 12) — **PROJETO DE LEI N.º 215.71**, de autoria do Senhor Deputado

Alvaro Dias. Autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio Osvaldo Pa-
lhares, de Tamarana. Município de Londrina, pertencentes a Campanha Nacio-
nal dos Educandários Gratuitos, e dá outras providências. Relator Deputado
Cândido Manuel. Parecer: Contrário. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N.º
216-71, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Autoriza o Poder Executivo
estadualizar o Ginásio John Kennedy do Distrito de Guaravera, no Muni-
cípio de Londrina, pertencente à Campanha Nacional dos Educandários
gratuitos, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido Manuel. Pa-
recer: Contrário. Aprovado. 14) — PROJETO DE LEI N.º 217-71, de autoria
do Senhor Deputado Alvaro Dias. Autoriza o Poder Executivo estadualizar
o Ginásio Hugo Cabral de Faiquerê, Município de Londrina, e dá outras Pro-
vidências. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: Contrário. Aprovado.
15) — PROJETO DE LEI N.º 218-71, de autoria do Senhor Deputado Antônio
Franco Ferreira da Costa. Cria uma Inspeção Regional de Ensino na sede
do Município de São Jorge do Ivaí. Relator Deputado Cândido Manuel. Re-
quer seja convertido em diligência junto à Secretaria de Educação e Cultura.
Deferido. 16) — PROJETO DE LEI N.º 223-71, de autoria do Senhor Deputado
Lázaro Dumont. Declara de utilidade pública o Clube Cultural Social e Re-
creativo (Judima), da cidade de Mandaguá. Relator Deputado Cândido Ma-
nuel. Parecer: Favorável. Aprovado. 17) — PROJETO DE LEI N.º 229-71, de
autoria do Senhor Deputado Igo Losso. Declara de utilidade pública a Casa
Maternal Nossa Senhora Aparecida, do Bairro Santa Felicidade, nesta Capital.
Relator Deputado Gilberto Carvalho. Requer seja convertido em diligência
junto à Entidade. Deferido. 18) — PROJETO DE LEI N.º 235-71, de autoria
do Senhor Deputado Jorge Sato. Declara de utilidade pública a Associação
dos Professores de Maringá - APM, com sede na cidade de Maringá. Rela-
tor Deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 19) — PRO-
JETO DE LEI N.º 242-71, de autoria do Senhor Deputado Antônio Franco
Ferreira da Costa Filho. Declara de utilidade pública o Clube do Professor
Paranaense, na forma que especifica. Relator Deputado Armando Queiroz.
Requer seja convertido em diligência junto ao Autor do Projeto. Deferido.
20) — PROJETO DE LEI N.º 249-71, de autoria do Senhor Deputado Quíselo
Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio, no Dis-
trito de Bentópolis, Município de Guaraci, e dá outras providências. Relator
Deputado Gilberto Carvalho. Parecer favorável. Aprovado. 21) — PROJETO
DE LEI N.º 255-71, de autoria do Senhor Francisco Escorsin. Cria o Muni-
cípio de Francisco Alves, desmembrado do de Iporã, com área territorial
constituído pelos atuais distritos de Francisco Alves e Rio Bonito. Relator
Deputado Arthur de Souza. Parecer favorável. O Senhor Deputado Armando
Queiroz havia pedido vista na última reunião, devolve com voto em separado.
Em discussão: O Deputado Armando Queiroz justifica seu voto por sempre
haver tratado esta matéria de modo coerente com os princípios legais vigen-
tes, nada havendo sido alterado que autorize votar o parecer favorável. A
legislação é a mesma. O Senhor Deputado Cândido Manuel sugere que seja
feita consulta ao Senhor Ministro da Justiça para se verificar a atual posição
perante a lei, em relação a esta matéria. O Senhor Deputado Armando Queiroz
diz que o parecer favorável iria fazer injustiças com os demais Municípios já
prejudicados pela posição adotada por esta Comissão anteriormente. O Depu-
tado Emílio Carazzai diz que não é necessário colocar em votação o reque-
rimento de diligência do Senhor Deputado Cândido Manuel, bastando apenas
ser deferido ou não pelo Senhor Presidente da Comissão. O Senhor Presidente,
Deputado Muggiati Filho esclarece que sendo matéria de grande importância
quer que o Plenário da Comissão decida e não apenas o Presidente. Em vo-
tação: o requerimento do Senhor Deputado Cândido Manuel solicitando seja
convertido em diligência junto ao Ministro da Justiça. Deputado Armando
Queiroz vota a favor do requerimento. Deputado Emílio Carazzai vota contra
o requerimento. Deputado Odilon Reinhardt vota contra o requerimento. Depu-
tado Gilberto Carvalho vota contra o requerimento. Deputado Borsari Netto

vota a favor do requerimento. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior vota a favor do requerimento. Deputado Cândido Manuel a favor, sendo o autor do Requerimento. Aprovado o requerimento solicitando diligência. 22) — PROJETO DE LEI N.º 258-71, de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara. Acresce ao artigo 12, da Lei n.º 6.212, de 9.3.71, o parágrafo que especifica. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável. Aprovado. 23) — PROJETO DE LEI N.º 261-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 40-71, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo dar fiança aos empréstimos contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, com o Banco Nacional de Habitação, e dá outras providências. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer: Favável. Aprovado. 24) — PROPOSIÇÃO N.º 87-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 42-71, encaminhando cópia de convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério de Agricultura, objetivando a fiscalização e o policiamento do trânsito de plantas citros e afins, no território nacional, conforme recomendação do executor do projeto de combate ao cancro cítrico. Relator Deputado Armando Queiroz. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 25) — PROPOSIÇÃO N.º 84-71, de autoria do Poder Executivo. Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 89-71. Relator Deputado Igo Losso. Relatório concluindo que o veto está em condições de ser apreciado pelo Plenário. Aprovado. O Senhor Presidente, Deputado José Muggiati Filho, solicita ao Senhor Deputado Emílio Carazzai que assuma a Presidência da Comissão, tendo em vista necessitar relatar os diversos Projetos de Lei em que foi designado relator desta Comissão. O Senhor Deputado Emílio Carazzai assume a Presidência. O Senhor Deputado José Muggiati Filho, antes de iniciar a leitura dos pareceres, solicita ao Senhor Presidente, Deputado Emílio Carazzai, que seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do nobre companheiro, membro desta Comissão, Deputado Acyr José, ocorrido na última semana. Deferido. 26) — PROJETO DE LEI N.º 123-71, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Astorga uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos Municípios que especifica. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: Favorável. Aprovado. 27) — PROJETO DE LEI N.º 138-71, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Laranjeiras do Sul, um Curso Científico, para funcionar em 1972. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: Favorável. Aprovado. 28) — PROJETO DE LEI N.º 142-71, de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont. Autoriza o Poder Executivo construir, através do DER, uma ponte sobre o rio Tibagi, ligando Tamarana a Terra Nova, nos Municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 29) — PROJETO DE LEI N.º 145-71, de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacii. Cria uma Escola Normal Colegial estadual no Município de Nova Aurora, para funcionar a partir de 1972. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer favorável com substitutivo. Aprovado. 30) — PROJETO DE LEI N.º 181-71, de autoria do Senhor Deputado José Mansur. Declara de utilidade pública o Instituto Maria José, com sede nesta Capital. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 31) — PROJETO DE LEI N.º 136-71, de autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho. Autoriza o Poder Executivo construir uma Cadeia Pública e uma Delegacia de Polícia, na sede do Município de Guaraniaguá. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: Favorável. Aprovado. 32) — PROJETO DE LEI N.º 191-71, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Declara de utilidade pública a Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia, desta Capital. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 33) — PROJETO DE LEI N.º 208-71, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Transfere a responsabilidade do DER, a estrada que liga Nova Prata ao Município de Salto do Lontra, à Porto Pereira no Município de Capitão Leônidas Marques. Relator Deputado José

Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 34) — PROJETO DE LEI N.º 214-71, de autoria do Senhor Deputado Hélio Manfrinato. Autoriza o Poder Executivo construir uma Rodovia ligando a Cidade Gaúcha, Rondon, Indianópolis, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz à Ortigueira, saindo na Rodovia BR-376. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 35) — PROJETO DE LEI N.º 230-71, de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00, à Amado Alves de Miranda. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer favorável. Aprovado. 36) — PROJETO DE LEI N.º 237-71, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso. Autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Atalaia, uma Escola Normal de Grau Colegial. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 37) — PROJETO DE LEI N.º 253-71, de autoria do Sr. Dep. Quilise C. da Silva. Autoriza o Poder Executivo construir uma Casa Escolar no Distrito de Colônia Faria, Município de Colombo. Relator Deputado José Maggiati Filho. Parecer favorável. Aprovado. 38) — PROJETO DE LEI N.º 259-71, de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Autoriza o Poder Executivo criar no Distrito de Nova Prata, Município de Salto do Lontra, uma Agência de Rendas. Relator Deputado José Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. — Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Deputado Emílio Carazzai encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que, após lida, na próxima Reunião, e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada por mim, Rita Celestino Soares, Secretária, bem como pelo Senhor Presidente.

(a) Emílio Carazzai — Presidente

(a) Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

ATA DA 9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, às quatorze horas, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Antonio Lopes Júnior, Alvaro Dias, Francisco Escorsim, Arizone M. Araújo e Santos Lima. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes Projetos de Lei: PROJETO DE LEI N. 240-70. — De autoria do senhor deputado Pinto Dias, que cria um Curso Científico no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 291-70 — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria a Escola Normal de Diamante do Norte, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 219-70 — De autoria do senhor deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo, criar um Curso Colegial em Paissandú, e dá outras providências. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 131-71 — De autoria do senhor deputado Aguinaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo, criar a Escola Normal Colegial do Município de Conselheiro Mairynk, para funcionar no ano letivo de 1.972. Relator: Deputado Antonio Lopes Jr. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 238-70 — De autoria do senhor deputado Pinto Dias, que cria um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, município de Alto Paraná. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 307-70 — De autoria do senhor deputado Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo, instituir uma Fundação Educacional, no município de Cruzeiro do Oeste,

com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 186-70 — De autoria do senhor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo, criar um Colégio Comercial em São Jerônimo da Serra e dá outras providências. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 20-71 — De autoria do Senhor deputado Gilberto Rezende de Carvalho, que cria uma Inspetoria Regional de Ensino na sede do município de São Pedro do Ivaí. Relator: Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. — Aprovado. PROJETO DE LEI N. 185-70 — De autoria do senhor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Santa Bárbara, município de Santa Cecília do Pavão, e dá outras providências. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 195-70 — De autoria do senhor deputado Túlio Vargas, que cria uma Escola Normal de grau ginasial em Marumbi. Relator: Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. Aprovado. — PROJETO DE LEI N. 13-71 — De autoria do senhor deputado Francisco Escorsim, que cria na cidade de Ubiratã, município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1.972. Relator: Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 84-71 — De autoria do senhor deputado Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Técnica, no município de Guarapuava. Relator: Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 244-70 — De autoria do senhor deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Normal, de grau colegial, em Adrianópolis. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 86-70 — De autoria do senhor deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo, estadualizar o Ginásio Municipal de Carambei, no município de Castro. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 214-70 — De autoria do senhor deputado Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Normal de grau secundário em Curitiba. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 295-70 — De autoria do senhor deputado Luiz Renato Malucelli, que cria um Curso Científico, no Ginásio de Colombo. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 91-70 — De autoria do senhor deputado Paulo Poli, que cria uma Escola Normal de grau secundário, no município de São João do Caiuá. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 28-71 — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria uma Escola Normal Colegial, no município de Indianópolis. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. — PROJETO DE LEI N. 199-70 — De autoria do senhor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Técnica de Comércio, em Mamborê, e dá outras providências. Relator: Deputado Francisco Escorsim. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ANTONIO LOPES JUNIOR — Presidente
MARIA APARECIDA AMARAL — Secretária.

ATA: COMISSÃO DE TURISMO

PROJETO DE LEI N. 247-70.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 1970, às dezessete horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Turismo, registrando-se a presença dos Senhores Jorge Sato, Presidente da Comissão, Maurício Fruet, Basílio Zanusso, Gabriel Manoel e Arizone Araújo, para apreciarem o Projeto

da Lei n. 257-70, de autoria do ex-Deputado Túlio Vargas, que dispõe sobre a criação de Conselhos Municipais de Turismo, nos Municípios dotados de expressivos objetivos turísticos, com atribuições e competências que se regerão pelos dispositivos especiais do Regulamento do Conselho Estadual de Turismo. O referido Projeto foi distribuído ao Deputado Arizona Araújo para estudar a matéria e oferecer o seu Parecer. Não havendo mais matéria a ser apreciada o Presidente encerrou a reunião e eu, Maria Stella Mader do Amaral Gurgel, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente da Comissão e por mim, secretária.

Em Curitiba, 25 de novembro de 1971.

(aa) JORGE SATTO

MARIA STELLA M. DO AMARAL GURGEL
COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ATA DA 1.a REUNIÃO ORDINÁRIA
1.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se na Sala das Comissões, após a sessão plenária, a Comissão de Agricultura, sob a Presidência do Senhor Deputado Antônio dos Santos Maciel Filho, contando com as presenças dos Senhores Deputados Marciano Baraniuk, Hélio Manfrinato e Leopoldo Jacorael. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foi relatado o seguinte processo: PROJETO DE LEI N. 221-71 — Autor: Poder Executivo — Mensagem 24-71, encaminhando Anteprojeto de Lei que abre crédito especial de Cr\$ 222.807,00 (duzentos e vinte e dois mil oitocentos e sete cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, sobre a dotação 71-3.7-60-05-3, Programa Pesquisa e Experimentação Agropecuária, Subprograma Fomento e Extensão Agropecuária, nas consignações que especifica. Relator Senhor Deputado Marciano Baraniuk. Parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária ad-hoc Teresinha Barbosa de Moura e Claro, para que produza os efeitos legais.

(aa) ANTONIO MACIEL F.º — Presidente

TEREZINHA B. DE M. E CLARO — Secretária ad-hoc

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

ATA DA 10.a REUNIÃO ORDINÁRIA

1.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos Senhores Deputados: Antônio Lopes Júnior, Alvaro Dias, Francisco Escorsin e Arizona M. Araújo. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes Projetos de Lei: PROJETO DE LEI N. 275-70 — De autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria a Fundação Educacional de Sertãozinho, destinada a instalar e manter uma Faculdade de Filosofia. Relator: Deputado Arizona M. Araújo. Parecer: Contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 256/70. — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria uma Escola Comercial em Itaúna do Sul. Relator: Deputado Arizona M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO

DE LEI N. 275-70 — De autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Jardim Iguaçu, município de Paranavaí. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 212-70 — De autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de grau colegial, em Nova América da Colina. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. — Aprovado. PROJETO DE LEI N. 251-70 — De autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria uma Escola Normal, em Maria Helena. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 281-70 — De autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Santa Eliza, distrito de Umuarama, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 86-71 — De autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba. Relator: Deputado Arizone M. Araújo. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar eu, Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado ANTONIO LOPES JÚNIOR — Presidente

MARIA APARECIDA AMARAL — Secretária